



## TERMO DE REFERÊNCIA

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, LEI 14.233/2021.

### 1. DO OBJETO

- 1.1. O presente Termo de Referência visa **PAVIMENTAÇÃO DA RUA ENGENHO BARBALHO 02, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, PERNAMBUCO.**, conforme tabela, condições e exigências estabelecidas neste instrumento
- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

### 2. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE CONSUMO

- 2.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$2.985.489,29** (dois milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e vinte e oito centavos) conforme custos unitários descritos na tabela abaixo.

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
1	0 - ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA E MANUTENÇÃO DO CANTEIRO	UN	1,00	R\$ 297.414,86	R\$ 297.414,86
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 1,00   Valor Total R\$ 297.414,86				
2	0 - ATUALIZAÇÃO DO PROJETO DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO - "AS BUILT"	M2	2.962,69	R\$ 2,12	R\$ 6.280,90
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 2.962,69   Valor Total R\$ 6.280,90				
3	0 - INSTALAÇÕES DO CANTEIRO DE OBRAS	UN	1,00	R\$ 17.548,92	R\$ 17.548,92
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 1,00   Valor Total R\$ 17.548,92				
4	0 - VIGIA NOTURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.	MES	5,00	R\$ 6.706,11	R\$ 33.530,55
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 5,00   Valor Total R\$ 33.530,55				
5	0 - CONTROLE TECNOLÓGICO DE OBRA	MÊS	2,00	R\$ 21.780,85	R\$ 43.561,70
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 2,00   Valor Total R\$ 43.561,70				
6	0 - MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	UN	1,00	R\$ 20.731,85	R\$ 20.731,85
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 1,00   Valor Total R\$ 20.731,85				
7	103689 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M2	12,00	R\$ 584,29	R\$ 7.011,48
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 12,00   Valor Total R\$ 7.011,48				
8	104790 - DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M3	2,13	R\$ 131,40	R\$ 279,88
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 2,13   Valor Total R\$ 279,88				
9	100982 - CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M <sup>3</sup> - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M <sup>3</sup> / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	2,67	R\$ 11,34	R\$ 30,28
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 2,67   Valor Total R\$ 30,28				





ESTADO DE PERNAMBUCO  
PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO  
SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS



	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 2,67   Valor Total R\$ 30,28				
10	93588 - TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M <sup>3</sup> , EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	22,13	R\$ 3,96	R\$ 87,63
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 22,13   Valor Total R\$ 87,63				
11	0 - DESTINAÇÃO DE RESÍDUO SÓLIDO - ENTULHO	T	6,40	R\$ 96,84	R\$ 619,78
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 6,40   Valor Total R\$ 619,78				
12	0 - ESCAVAÇÃO MECÂNICA SOLO DE 1A CAT. PROF. ATÉ 2.00m COM RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS 4X2 79HP.	M3	1.958,51	R\$ 12,50	R\$ 24.481,38
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 1.958,51   Valor Total R\$ 24.481,38				
13	100974 - CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M <sup>3</sup> - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M <sup>3</sup> / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	2.448,14	R\$ 10,66	R\$ 26.097,17
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 2.448,14   Valor Total R\$ 26.097,17				
14	93588 - TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M <sup>3</sup> , EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	20.204,38	R\$ 3,96	R\$ 80.009,34
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 20.204,38   Valor Total R\$ 80.009,34				
15	0 - DESTINAÇÃO DE RESÍDUO SÓLIDO - SOLO	T	3.651,39	R\$ 83,58	R\$ 305.183,18
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 3.651,39   Valor Total R\$ 305.183,18				
16	96385 - EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE CORPO DE ATERRO DE ATERRO (95% DE ENERGIA DO PROCTOR NORMAL) COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO ESPESSURA 15 CM - EXCLUSIVE MATERIAL, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	M3	8,88	R\$ 15,00	R\$ 133,20
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 8,88   Valor Total R\$ 133,20				
17	94273 - ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	1.044,80	R\$ 61,55	R\$ 64.307,44
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 1.044,80   Valor Total R\$ 64.307,44				
18	94274 - ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	140,00	R\$ 65,36	R\$ 9.150,40
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 140,00   Valor Total R\$ 9.150,40				
19	94281 - EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF_01/2024	M	1.044,80	R\$ 58,86	R\$ 61.496,93
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 1.044,80   Valor Total R\$ 61.496,93				
20	94282 - EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO CURVO, 30 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF_01/2024	M	140,00	R\$ 68,92	R\$ 9.648,80
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b>				





ESTADO DE PERNAMBUCO  
PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO  
SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS



	SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 140,00   Valor Total R\$ 9.648,80				
21	0 - CAIXA COM GRELHA SIMPLES RETANGULAR, ALVENARIA COM BLOCO DE CONCRETO 22X11X8CM, DE UMA VEZ.	UN	20,00	R\$ 1.842,88	R\$ 36.857,60
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 20,00   Valor Total R\$ 36.857,60				
22	0 - TUBO DE PEAD CORRUGADO DE DUPLA PAREDE PARA REDE COLETORA DE ÁGUAS PLUVIAIS, DN 400 MM, JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO.	M	309,95	R\$ 437,54	R\$ 135.615,52
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 309,95   Valor Total R\$ 135.615,52				
23	90708 - TUBO DE PEAD CORRUGADO DE DUPLA PAREDE PARA REDE COLETORA DE ESGOTO, DN 600 MM, JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_01/2021	M	186,32	R\$ 973,77	R\$ 181.432,83
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 186,32   Valor Total R\$ 181.432,83				
24	94881 - TUBO DE PEAD CORRUGADO DE DUPLA PAREDE PARA REDE COLETORA DE ESGOTO, DN 1200 MM, JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_01/2021	M	10,13	R\$ 3.352,49	R\$ 33.960,72
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 10,13   Valor Total R\$ 33.960,72				
25	102741 - BOCA PARA BUEIRO SIMPLES TUBULAR D = 120 CM EM CONCRETO, ALAS COM ESCONDADE DE 0º, INCLUINDO FÔRMAS E MATERIAIS. AF_07/2021	UN	2,00	R\$ 9.818,21	R\$ 19.636,42
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 2,00   Valor Total R\$ 19.636,42				
26	103925 - ESCADA HIDRÁULICA, LARGURA ATÉ 1M, TIPO DESCIDA D'ÁGUA DE CORTE OU ATERRO EM DEGRAUS (DCD 02, 04 E DAD 02), EM CONCRETO USINADO, FCK = 20 MPA, LANÇADO COM BOMBA, INCLUINDO ARMAÇÃO, MATERIAIS E FÔRMAS (3 UTILIZAÇÕES). AF_08/2022	M3	0,63	R\$ 2.183,30	R\$ 1.375,48
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 0,63   Valor Total R\$ 1.375,48				
27	103801 - CONCRETAGEM DE DISSIPADOR DE ENERGIA, FCK = 20 MPA, COM USO DE JERICAS E PREPARO EM BETONEIRA DE 600 L - AREIA E BRITA COMERCIAIS - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_08/2022	M3	0,64	R\$ 904,83	R\$ 579,09
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 0,64   Valor Total R\$ 579,09				
28	101618 - PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MANUAL. AF_01/2026	M3	21,70	R\$ 356,34	R\$ 7.732,58
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 21,70   Valor Total R\$ 7.732,58				
29	101620 - PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M E MENOR QUE 2,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MANUAL. AF_01/2026	M3	16,02	R\$ 322,51	R\$ 5.166,61
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 16,02   Valor Total R\$ 5.166,61				
30	0 - ESCAVAÇÃO MECÂNICA SOLO DE 1A CAT. PROF. ATÉ 2.00m COM RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS 4X2 79HP.	M3	913,76	R\$ 12,50	R\$ 11.422,00
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 913,76   Valor Total R\$ 11.422,00				
31	93369 - REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA: 0,8 M³/POTÊNCIA: 111 HP), LARGURA 1,5 A 2,5 M, PROFUNDIDADE 1,5 A 3,0 M, COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª CATEGORIA, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF_08/2023	M3	502,70	R\$ 20,63	R\$ 10.370,70





ESTADO DE PERNAMBUCO  
PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO  
SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS



	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 502,70   Valor Total R\$ 10.370,70				
32	4741 - PO DE PEDRA (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)	M3	502,70	R\$ 117,98	R\$ 59.308,55
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 502,70   Valor Total R\$ 59.308,55				
33	100974 - CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M <sup>3</sup> - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M <sup>3</sup> / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	1.579,84	R\$ 10,66	R\$ 16.841,09
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 1.579,84   Valor Total R\$ 16.841,09				
34	93588 - TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M <sup>3</sup> , EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	16.842,76	R\$ 3,96	R\$ 66.697,33
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 16.842,76   Valor Total R\$ 66.697,33				
35	0 - DESTINAÇÃO DE RESÍDUO SÓLIDO - SOLO	T	1.370,63	R\$ 83,58	R\$ 114.557,26
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 1.370,63   Valor Total R\$ 114.557,26				
36	104482 - ESGOTAMENTO DE VALA COM BOMBA SUBMERSÍVEL. AF_12/2022	H	2.160,00	R\$ 39,01	R\$ 84.261,60
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 2.160,00   Valor Total R\$ 84.261,60				
37	100576 - REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO, PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF_09/2024	M2	2.962,69	R\$ 3,44	R\$ 10.191,65
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 2.962,69   Valor Total R\$ 10.191,65				
38	0 - CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE MACADAME HIDRAULICO, COM ESPESSURA DE 20 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE.	M3	592,54	R\$ 210,52	R\$ 124.741,52
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 592,54   Valor Total R\$ 124.741,52				
39	0 - GEOGRELHA UNIDIRECIONAL COM RESISTÊNCIA À TRAÇÃO DE 100 KN/M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M2	3.555,22	R\$ 41,80	R\$ 148.608,20
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 3.555,22   Valor Total R\$ 148.608,20				
40	96396 - CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES, COM ESPESSURA DE 15 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	M3	444,40	R\$ 233,67	R\$ 103.842,95
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 444,40   Valor Total R\$ 103.842,95				
41	92398 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022	M2	2.962,69	R\$ 105,46	R\$ 312.445,29
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 2.962,69   Valor Total R\$ 312.445,29				
42	100974 - CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M <sup>3</sup> - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M <sup>3</sup> / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	1.451,72	R\$ 10,66	R\$ 15.475,34
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 1.451,72   Valor Total R\$ 15.475,34				
43	93588 - TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M <sup>3</sup> ,	M3XKM	20.178,85	R\$ 3,96	R\$ 79.908,25





ESTADO DE PERNAMBUCO  
PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO  
SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS



	EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020				
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 20.178,85   Valor Total R\$ 79.908,25				
44	102501 - PINTURA DE FAIXA DE PEDESTRE OU ZEBRADA COM TINTA ACRÍLICA, E = 30 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021	M2	12,60	R\$ 35,34	R\$ 445,28
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 12,60   Valor Total R\$ 445,28				
45	0 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO EM CHAPA DE AÇO EM SUPORTE DE MADEIRA.	M2	0,85	R\$ 1.188,32	R\$ 1.010,07
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 0,85   Valor Total R\$ 1.010,07				
46	103696 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SUPORTE DE MADEIRA PARA PLACAS DE SINALIZAÇÃO EM CONCRETO, COM H= DE 2,5 M E SEÇÃO DE 7,5 X 7,5 CM. AF_03/2022	UN	4,00	R\$ 184,76	R\$ 739,04
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 4,00   Valor Total R\$ 739,04				
47	104800 - REMOÇÃO DE CERCAS E MOURÕES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M	630,00	R\$ 12,94	R\$ 8.152,20
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 630,00   Valor Total R\$ 8.152,20				
48	106461 - CERCA COM MOURÕES DE MADEIRA, 7,5X7,5 CM, ESPAÇAMENTO DE 2,5 M, ALTURA LIVRE DE 2 M, CRAVADOS 0,5 M, COM 4 FIOS DE ARAME FARPADO Nº 14 OU 16 CLASSE 250 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2025	M	630,00	R\$ 63,12	R\$ 39.765,60
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 630,00   Valor Total R\$ 39.765,60				
49	97084 - COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA. AF_09/2021	M2	1.421,76	R\$ 0,96	R\$ 1.364,89
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 1.421,76   Valor Total R\$ 1.364,89				
50	94992 - EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_08/2022	M2	1.421,76	R\$ 100,61	R\$ 143.043,27
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 1.421,76   Valor Total R\$ 143.043,27				
51	96622 - LASTRO COM MATERIAL GRANULAR, APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *5 CM*. AF_01/2024	M3	71,09	R\$ 283,55	R\$ 20.157,57
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 71,09   Valor Total R\$ 20.157,57				
52	105004 - RAMPA DE ACESSIBILIDADE EM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, EM CALÇADA NOVA COM LARGURA MENOR À 3,00 M, FCK 25MPA, COM PISO PODOTÁTIL. AF_03/2024	M2	12,00	R\$ 164,63	R\$ 1.975,56
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 12,00   Valor Total R\$ 1.975,56				
53	0 - REBAIXAMENTO DE PENNA D'ÁGUA, INCLUINDO COMPLEMENTO DE TUBULAÇÃO, CONEXÕES, ESCAVAÇÃO E REATERRO.	UN	71,00	R\$ 136,74	R\$ 9.708,54
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 71,00   Valor Total R\$ 9.708,54				
54	103979 - TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 50MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E	M	1.185,07	R\$ 37,58	R\$ 44.534,93





ESTADO DE PERNAMBUCO  
PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO  
SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS



	INSTALAÇÃO. AF_06/2022				
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 1.185,07   Valor Total R\$ 44.534,93				
55	90695 - TUBO DE PVC PARA REDE COLETORA DE ESGOTO DE PAREDE MACIÇA, DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_01/2021	M	592,54	R\$ 91,15	R\$ 54.010,02
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 592,54   Valor Total R\$ 54.010,02				
56	97905 - CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,4X0,4X0,4 M PARA REDE DE ESGOTO. AF_12/2020	UN	71,00	R\$ 322,83	R\$ 22.920,93
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 71,00   Valor Total R\$ 22.920,93				
57	0 - COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE LIGAÇÃO PREDIAL DE ESGOTO, REDE DN 150 MM, COLETOR PREDIAL DN 100 MM, L = 4,0 M, LARGURA DA VALA = 0,65 M; COM SELIM E CURVA 90 GRAUS; ESCAVAÇÃO MECANIZADA, PREPARO DE FUNDO DE VALA E REATERRO COMPACTADO. AF_06/2022	UN	71,00	R\$ 591,40	R\$ 41.989,40
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 71,00   Valor Total R\$ 41.989,40				
58	97906 - CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,6 M PARA REDE DE ESGOTO. AF_12/2020	UN	2,00	R\$ 599,65	R\$ 1.199,30
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 2,00   Valor Total R\$ 1.199,30				
59	100974 - CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M <sup>3</sup> - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M <sup>3</sup> / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	88,86	R\$ 10,66	R\$ 947,25
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 88,86   Valor Total R\$ 947,25				
60	93588 - TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M <sup>3</sup> , EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	1.235,15	R\$ 3,96	R\$ 4.891,19
	<b>QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE</b> SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS   Quantidade: 1.235,15   Valor Total R\$ 4.891,19				
<b>Valor Total</b>				<b>R\$ 2.985.489,29</b>	

### 3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Rua Engenho Barbalho 02, localizada no município do Cabo de Santo Agostinho, enfrenta sérios problemas de infraestrutura que impactam diretamente a mobilidade e acessibilidade dos moradores e visitantes da Comunidade do Engenho Barbalho. A ausência de pavimentação adequada resulta em dificuldades de locomoção, especialmente em períodos de chuva, quando a via se torna praticamente intransitável. Isso afeta o acesso a serviços essenciais, como saúde e educação, além de prejudicar o transporte público e privado.

Os moradores da região, comerciantes locais e prestadores de serviços são diretamente afetados por essa situação. A falta de infraestrutura adequada gera insatisfação e limita o desenvolvimento econômico e social da comunidade. Além disso, a dificuldade de acesso pode desestimular investimentos e a instalação de novos negócios na área, perpetuando um ciclo de estagnação econômica.

Resolver este problema é de interesse público, pois a pavimentação da Rua Engenho Barbalho 02 trará benefícios significativos, como a melhoria da qualidade de vida dos moradores, redução do tempo de deslocamento e aumento da segurança viária. Espera-se que a intervenção promova





maior eficiência no transporte, facilite o acesso a serviços essenciais e incentive o desenvolvimento econômico local. Os custos envolvidos na pavimentação são justificados pelos ganhos em mobilidade, acessibilidade e potencial de crescimento econômico da região.

- 3.2. Mais detalhes quando a fundamentação da presente contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

#### 4. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

- 4.1. A demanda postulada não se encontra prevista no Plano de Contratações Anual de 2026. A referida demanda não foi planejada anteriormente porque envolve fatores que não tinham como ser previstos pela Unidade Requisitante, como financiamento externo.

#### 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. A descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do serviço encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

#### 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. Os requisitos da contratação, como critérios de sustentabilidade, encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

#### 7. DA VISTORIA

- 7.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços **não é obrigatória**, porém é importante para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00hrs horas às 16:00hrs. Esta vistoria prévia, deverá ser agendada por meio do telefone **(81) 3524.9267**, Centro Administrativo Municipal 2.
- 7.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 7.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 7.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 7.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### 8. DA GARANTIA DE PROPOSTA

- 8.1. Juntamente com a proposta de preços, o Licitante deverá anexar Garantia de Proposta, como requisito de pré-habilitação, no montante de **1,0%** (um por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do artigo 58, caput e §1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.2. A garantia visa garantir, qualquer que seja a modalidade escolhida:
- 8.2.1. uma vez convocado, não apresente sua proposta readequada ou qualquer documento relacionada a diligências na sua proposta;
- 8.2.2. se após devidamente convocado o licitante recusar-se a assinar de forma implícita ou explícita o instrumento contratual ou;
- 8.2.3. não apresentar seus documentos para contratação;





- 8.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 8.4. A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei 14.133 de 2021.

## 9. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua.
- 9.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 9.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 9.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

## 10. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 11. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

- 11.1. Em conformidade com a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu artigo 48, incisos I e III, alterados pela Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, esta licitação terá:
  - 11.1.1. Na licitação, deverá ser assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, que ofertar lance até **10%** (dez por cento) superior ao melhor lance, nos termos do §2º do art. 44 da LC 123/2006;

## 12. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 12.1. O prazo de vigência da contratação é de **10** (dez) meses, contados do início da vigência que consta descrita no instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.2. O prazo de execução dos serviços contratados é de **05** (cinco) meses, contados à partir da emissão da respectiva Ordem de Serviço (**OS**), conforme cronograma elaborado no projeto executivo.
- 12.3. Havendo necessidade o contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 12.4. O instrumento contratual oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

### Forma de execução

- 13.2. O serviço objeto será **PARCELADO**.





- 13.3. O regime de execução será por **EXECUÇÃO INDIRETA e EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, nos termos do art. 46, I da Lei 14.133/21.
- 13.3.1. A escolha do regime de empreitada por **PREÇO UNITÁRIO** foi feita em razão da definição estimativa dos quantitativos necessários para execução dos serviços que serão contratados. Assim, a definição do preço com base na unidade de medida tende a evitar eventual divergência entre a previsão dos quantitativos levantada por esta Prefeitura e o que será efetivamente executado.

#### 14. PROPOSTA DE PREÇOS

- 14.1. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e previdenciário a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto a ser contratado;
- 14.2. A proposta de preço deverá conter a discriminação detalhada dos serviços ofertados, quantidade solicitada, o valor unitário (numérico), valor total (numérico e por extenso), prazo de validade da proposta de no mínimo **90** (noventa) dias e prazo de execução dos serviços.
- 14.3. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, acompanhada dos seguintes documentos:
- 14.3.1. Planilha de Custos e Formação de Preços:
- 14.3.1.1. Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;
- 14.3.1.2. Nos preços cotados deverão estar incluídos custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto e todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;
- 14.3.1.3. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;
- 14.3.1.4. Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas.
- 14.3.2. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual.
- 14.3.3. A licitante deverá apresentar a Composição de Preços Unitários (**CPU**) de todos os itens de serviços da planilha orçamentária.

#### 15. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- 15.1. A **HABILITAÇÃO JURÍDICA** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:
- 15.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 15.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);





- 15.1.3. No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
  - 15.1.4. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
  - 15.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
  - 15.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
  - 15.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
  - 15.1.8. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
  - 15.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 15.2. A **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 15.2.1. **Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, independente se a fase de habilitação irá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances.**
  - 15.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
  - 15.2.3. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.
  - 15.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
  - 15.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;





- 15.2.5.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 15.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;
  - 15.2.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 15.2.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- 15.2.8. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3º da Lei Nº 12.440/2011);
- 15.2.9. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- 15.2.10. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização.
- 15.3. **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, que será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:
  - 15.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;
    - 15.3.1.1. Caso admitida participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação.
  - 15.3.2. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
    - 15.3.2.1. Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.





- 15.3.2.2. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.
- 15.3.2.3. As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispões sobre a Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil.
- 15.3.3. Declaração, assinada por Profissional área Contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos nos termos do §1º, art. 69 da Lei 14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

**Índice de Liquidez Geral (≥ 1,00):**

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

**Índice de Liquidez Corrente (≥ 1,00):**

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**Índice de Solvência Geral (≥ 1,00):**

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

- 15.3.4. Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (LG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).
- 15.3.5. As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.
- 15.3.6. O Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;





- 15.4. A **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:
- 15.4.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 15.4.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições peculiares da contratação.
- 15.4.2. Registro ou inscrição da empresa licitante no **CREA** (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou **CAU** (Conselho de Arquitetura e Urbanismo);
- 15.4.3. Comprovação de aptidão **técnico-operacional** para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 15.4.4. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

DESCRIÇÃO	UNID			QUANT. EXIGIDA (40%)
		QUANT TOTAL	% TOTAL	
PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADO	M2	2.962,69	10,47%	1.185,00
TUBO PEAD	M	496,27	10,62%	198,00
GEOGRELHA	M2	3.555,22	4,98%	1.422,00
EXECUÇÃO PASSEIO EM CONCRETO	M2	1.421,76	4,79%	568,00
BASE/SUB-BASE EM MACADAME	M3	592,54	4,18%	237,00

- 15.4.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.
- 15.4.6. Comprovação da capacitação **técnico-profissional**, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - **CAT**, expedida pelo **CREA** ou **CAU** da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da execução do serviço, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - **ART** ou o Registro de Responsabilidade Técnica - **RRT**, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, conforme segue:





ESTADO DE PERNAMBUCO  
PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO  
SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS



DESCRIÇÃO	UNID
PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADO	M2
TUBO PEAD	M
GEOGRELHA	M2
EXECUÇÃO PASSEIO EM CONCRETO	M2
BASE/SUB-BASE EM MACADAME	M3

- 15.4.7. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
- 15.4.8. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados ou certidões, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da **CONTRATANTE** e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 15.4.9. Somente poderão ser aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser prestado em prazo inferior.
- 15.4.10. Os atestados ou certidões que não possuem as informações mínimas para a sua análise serão objeto de diligência.
- 15.5. Além das declarações constantes dos itens específicos acima a licitante deverá apresentar ainda as seguintes declarações, sob pena de inabilitação:
- 15.5.1. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto no art. 1º, III e IV e no art. 5º, III da Constituição Federal/88;
- 15.5.2. Declaração para fins do disposto no art. 68, VI da Lei Federal n.º 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal/88;
- 15.5.3. Declaração de que está ciente do edital e concorda com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, VI, da Lei Federal n.º 14.133/21;
- 15.5.4. Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal n.º 14.133/21;





- 15.5.5. Declaração de que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, assumindo responsabilidade pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados;
- 15.5.6. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, IV, da Lei Federal n.º 14.133/21;
- 15.5.7. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, I, da Lei Federal n.º 14.133/21;
- 15.5.8. Declaração de que não incorre nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/21;
- 15.5.9. Declaração que, nos preços propostos, estão incluídas todas as despesas, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária ou custo financeiro, tais como: tributos, fretes, seguros, comissões, taxas, contribuições, salários, remunerações, obrigações sociais e quaisquer outros custos incidentes sobre o objeto desta licitação.
- 15.5.10. Declaração para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como MEI/ME/EPP, conforme a Lei Complementar n.º 123/06, cujos termos declara conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência, observado também o disposto nos §§ 1º ao 3º do artigo 4º da Lei Federal n.º 14.133/21.
- 15.5.11. Declaração que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tem celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 15.5.12. Declaração para fins de participação no presente processo licitatório, realizado por este Município, conforme edital supra referenciado, que assume inteira responsabilidade pela autenticidade e veracidade de todos os documentos que forem apresentadas nos autos do presente certame.
- 15.5.13. Declaração que está sujeito(a) às penalidades previstas nos artigos 171 e 299 do Código Penal, em caso de declaração falsa ou diferente de fato ou situação real ocorrida.

## 16. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Execução

- 16.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
  - 16.1.1. Início da execução do objeto: 05 (dias) da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço (OS);

### Local e Horário da Prestação dos Serviços





16.2. Os serviços serão prestados na Comunidade do Engenho Barbalho, em horário comercial

#### **Materiais a serem disponibilizados**

16.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

#### **Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

16.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **17. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 17.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 17.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 17.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.
- 17.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 17.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

- 17.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 17.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução das obras
- 17.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

#### **Fiscalização**

- 17.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

- 17.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração





- 17.10.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).
- 17.10.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 17.10.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 17.10.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 17.10.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

#### **Fiscalização Administrativa**

- 17.11. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
  - 17.11.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

#### **Gestor do Contrato**

- 17.12. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 17.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.
- 17.14. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 17.15. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 17.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.





- 17.17. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 17.18. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Nos termos da legislação vigente, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da formalização do contrato ou instrumento equivalente.

- 18.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 19.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega ou execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 19.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 19.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade executados e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 19.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 19.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 19.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 19.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 20. DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO

- 20.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma da seção anterior, prorrogáveis por igual período.





- 20.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
  - 20.2.1. o prazo de validade;
  - 20.2.2. a data da emissão;
  - 20.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 20.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
  - 20.2.5. o valor a pagar; e
  - 20.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 20.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.
- 20.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município (dívida ativa e tributos), nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 20.5. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 20.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 20.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 20.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.
- 20.9. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.
- 20.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 20.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 20.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
  - 20.12.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 20.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA





- 21.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste Termo de Referência e na legislação pertinente, as seguintes:
- 21.1.1. Cumprir fielmente o presente Contrato, de modo que no prazo estabelecido, os serviços sejam inteiramente concluídos e acabados.
  - 21.1.2. Manter durante toda a execução do projeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.
  - 21.1.3. Realizar as despesas com mão-de-obra, inclusive as decorrentes de obrigações previstas na legislação fiscal, social e trabalhista, apresentando à CONTRATANTE, quando exigida, cópia dos documentos de quitação.
  - 21.1.4. Responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, desde os salários do pessoal, neles empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente Contrato.
  - 21.1.5. Assumir integrais providências, responsabilidades e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, pela cobertura de acidentes de trabalho aos seus empregados e prepostos, e, perdas e danos a terceiros e à CONTRATANTE, porventura resultantes de suas atividades.
  - 21.1.6. Indicar representante aceito pela CONTRATANTE para representá-la na execução do Contrato.
  - 21.1.7. Efetuar despesas com os serviços na forma em que estão descritos e especificados no Termo de Referência.
  - 21.1.8. Dar integral cumprimento ao que foi acordado por meio de sua Proposta e nos termos do Edital, que passam a integrar este Instrumento, independentemente de transcrição.
  - 21.1.9. A CONTRATADA deverá fornecer todas as informações de interesse para execução das obras que a CONTRATANTE julgar necessário conhecer ou analisar.
  - 21.1.10. Em todas as ocasiões em que for requisitada, a CONTRATADA, através de seu representante, deverá apresentar-se às convocações da CONTRATANTE em seus escritórios ou no local das obras / serviços, de modo que nenhuma operação possa ser retardada ou suspensa devido à sua ausência.
  - 21.1.11. A CONTRATANTE terá, a qualquer tempo, livre acesso às obras e aos locais onde o trabalho estiver em andamento.
  - 21.1.12. Procedimentos operacionais referentes às alterações técnicas no projeto e demais assuntos de interesse de ambas as partes deverão ser objeto de acordo entre as partes.
  - 21.1.13. Apresentar, no caso de interrupção ou atraso na realização dos serviços, justificativa, por escrito, em até 24 (vinte e quatro) horas, a fim de que sejam adotadas as devidas providências, sem impedimento das sanções previstas no Contrato e na lei regente da matéria.
  - 21.1.14. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do MUNICÍPIO, ou ainda a terceiros, durante a execução do CONTRATO, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo MUNICÍPIO.
  - 21.1.15. Comunicar ao MUNICÍPIO qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.

## 22. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 22.1. Para garantir o cumprimento do presente Contrato, a CONTRATANTE se obriga a:
- 22.1.1. Fornecer à CONTRATADA os elementos básicos, especificações e instruções complementares, suficientes e necessários à respectiva execução.





- 22.1.2. Fiscalizar a execução dos serviços por um representante da CONTRATANTE, determinando o que for necessário para regularizar as faltas ou defeitos observados, submetendo à autoridade competente o que ultrapassar a sua competência, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.
- 22.1.3. Efetuar o pagamento dos serviços nos prazos estabelecidos, mediante a apresentação dos documentos hábeis para prática de tal ato.
- 22.1.4. Caberá à CONTRATANTE emitir as Ordens de Serviço à CONTRATADA para execução das obras e serviços especializados indicados na licitação.
- 22.1.5. Solicitar a realização dos serviços objeto deste Termo de Referência mediante a expedição de Ordens de serviços.
- 22.1.6. 22.1.6. Aceitar, para fins de pagamento, os serviços bem executados e rejeitar os serviços que não estejam de acordo com o projeto, exigindo da CONTRATADA a substituição, reparo ou refazimento daquilo que for rejeitado.
- 22.1.7. Conferir e atestar a exatidão das faturas correspondentes às medições de serviços executados, encaminhando-as para pagamento.
- 22.1.8. Determinar o afastamento do pessoal da CONTRATADA, mobilizado para a execução dos serviços, em caso de conduta imprópria, a seu exclusivo critério.
- 22.1.9. A CONTRATANTE terá, também, as atribuições de :
  - A. Representar junto à CONTRATADA no trato dos assuntos pertinentes à execução das obras e serviços especializados, objeto do Contrato;
  - B. Analisar e aprovar a programação de atividades elaborada pela CONTRATADA;
  - C. Dirimir as dúvidas da CONTRATADA que porventura surjam durante a execução dos serviços, com relação a qualquer aspecto ligado ao objeto do Contrato;
  - D. Acompanhar a CONTRATADA na medição dos serviços executados e aceitos, determinando os serviços a serem inseridos nos Boletins de Medição e autorizando a CONTRATADA a apresentar as faturas correspondentes para pagamento.
  - E. Solicitar o afastamento e a substituição de operadores ou ajudantes que apresentem desempenho ou comportamento insatisfatório.

## 23. DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE

- 23.1. Não será concedido reajuste ou correção monetária ao valor do Contrato, exceto quando, após o período de 12 meses iniciais, houver prorrogação do contrato, hipótese na qual os preços poderão ser reajustados com base no Índice Nacional de Custo da Construção - Disponibilidade Interna - INCC/DI, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, a requerimento da contratada, apurado desde a data do orçamento estimado, em consonância com a exigência legal do artigo 92, § 3º da Lei 14.133/2021.
- 23.2. Os preços serão reajustados anualmente, a contar do 13º mês, após o mês da data do orçamento estimado.
- 23.3. O reajustamento obedecerá à fórmula abaixo:

**$Pr = Po \times Ir$** , onde: **Pr** = Preço reajustado  
**Io**

**Po** = Preço inicial

**Ir** = Índice do Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas – Colunas:  
35 (edificação), 36 (Obras d' Artes especiais), 37 (pavimentação), 38





ESTADO DE PERNAMBUCO  
PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO  
SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS



(terraplanagem), 39ª (drenagem), apurado pela Fundação Getúlio Vargas, referente ao 13º mês, após o mês da data do orçamento estimado, mês do reajuste. Para novos reajustes, aplicar-se-á o índice correspondente ao 13º mês, após o mês do último reajuste concedido.

**Io** = Índice do Custo Nacional da Construção civil e Obras Públicas – Colunas: 35 (edificações), 36 (Obras de Artes especiais), 37 (pavimentação), 38 (Terraplanagem), 39A (drenagem), apurado pela Fundação Getúlio Vargas, correspondente ao mês do orçamento.

Cabo de Santo Agostinho - PE, 16 de Abril de 2026

---

**Carlos Eduardo Alves de Lima**  
Gerente de Obras



# VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas



**Código: 7261b64d-de29-44e8-913e-cb91dc956769**

URL: <https://www.bid.startgov.com.br/validacao>

## Lista de Assinaturas

**Carlos Eduardo Alves de Lima**

CPF: 334.XXX.XXX-53

Tipo de assinatura: Assinatura Simples

Assinado em: 29/04/2026 14:48:22 (GMT-03:00)